

Corrupção Governo aperta o cerco sobre as contas CC5 para evitar a lavagem de dinheiro

Objetivo é impedir a manutenção de endereços fictícios de bancos no exterior

Adriana Chiariani

• BRASÍLIA. O Governo está apertando o cerco contra a lavagem de dinheiro sujo através das chamadas contas de não-residentes, as CC5 que movimentam, por ano, entre US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões. O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, anunciou ontem uma série de medidas para melhorar a fiscalização das operações de câmbio, principalmente das CC-5. As medidas começam com um recadastramento dessas contas, por onde também passa legalmente o dinheiro de multinacionais, bancos, empresas e até pessoas físicas com endereço no exterior.

O objetivo do Governo é aperfeiçoar a legislação para acabar com as ambigüidades jurídicas que, segundo Franco, possibilitam a movimentação de dinheiro sujo de caixa dois e tráfico de entorpecentes por essas contas. Ou seja, as CC5 hoje abrigam tanto as transações legais de não-residentes no país como operações de lavagem de dinheiro.

A partir de agora, essas contas só poderão ser movimentadas por bancos estrangeiros que tenham relações comerciais com bancos brasileiros ou por bancos brasileiros que tenham agências no exterior. Pelas contas CC5, só poderão sair os recursos com origem no exterior que tenham entrado no país.

Desta forma, o Governo deverá evitar que instituições financeiras meramente de fachada, com sede no exterior — algumas somente com um endereço de caixa postal — possam ser titulares das CC5 de instituições financeiras que têm liberdade para movimentação de recursos com o exterior.

O Governo quer reprimir a ação de criminosos que trabalham com o paralelo e também se aproveitam das CC5 para remeter dinheiro sujo para fora do país e depois trazê-lo de volta para outras transações.

Em todos os casos, será feita a identificação de quem manda e de quem recebe os recursos. Essas informações permitem rastrear as operações em casos de suspeita de dinheiro sujo. A identificação já era exigida, mas será ainda mais criteriosa. Antes, por



GUSTAVO FRANCO, diretor do BC, diz que medidas vão facilitar atuação de fiscais do Banco Central sobre o mercado

TRADUZINDO O ECONOMÊS

Uma fachada para a ilegalidade

• As chamadas CC5, contas de não-residentes no país, foram criadas em 1969 para permitir que estrangeiros movimentassem seu dinheiro dentro e fora do país. A partir de 1989, elas passaram a ser utilizadas ativamente pelo mercado como forma de driblar a fiscalização do Banco Central em operações irregulares com câmbio, sobretudo quando o ágio elevado do dólar em relação à cotação oficial rendia bons lucros. Nessas contas usadas por pessoas físicas, empresas e bancos, muitas vezes o cliente estrangeiro não passava de um escritório de fachada situado em um paraíso fiscal. Assim, as operações ganhavam aparência legal.

exemplo, o Banco Central só exigia documentos comprobatórios em caso de transferência de reais para o exterior. Agora, a apresentação de documentos passa a ser obrigatória em qualquer movimentação com valor a partir de R\$ 10 mil ou equivalente em dólares.

Com as mudanças, os cadastros das CC5 e todas as informações sobre as operações com essas contas passarão a constar do sistema informatizado de comunicação do Banco Central com o mercado financeiro (Sisbacen).

Assim poderão ser acessadas mais rapidamente, dando mais agilidade à fiscalização dos técnicos do BC, acredita Franco.

— A CC5 vai continuar tendo liberdade com identificação, mas estamos aperfeiçoando os padrões de identificação. Com isso, a possibilidade de rastreamento se amplia e a fiscalização ganha velocidade — explicou.

O diretor do Banco Central disse que o processo de liberalização do câmbio, o que inclui a CC5, a partir de 1989, foi uma necessidade da globalização da eco-

nomia e do aumento do fluxo de capitais em todo o mundo. Nesse aspecto, não houve alteração alguma, destacou o diretor. Foi esse processo também que permitiu o esvaziamento do mercado paralelo e a maior possibilidade de rastreamento do dinheiro pelas CC5, segundo Franco. Com as CC5, o BC ampliou seu poder de fiscalização.

— No paralelo hoje só tem bandido, só gente que devia estar em cana. O doleiro é um lavador de dinheiro e as casas de dólar paralelo são pequenas lavanderias. Com o tempo os instrumentos legais para prender esses bandidos vão aparecer. O Governo está se empenhando nisso — disse Franco.

Ele disse também que o crescimento das reservas internacionais em março foi insignificante. Para Franco, isso mostra que as medidas de restrição à entrada do capital externo tomadas no início de fevereiro foram eficazes. No caso dos fundos de privatização, por exemplo, que passaram a ser tributados com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a entrada de dólares que chegou a US\$ 640 milhões em janeiro foi inexistente em março.